

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

PRISCILA DE SILVA LEITE
RÚBIA DE OLIVEIRA MACÊDO

A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE
EDUCAÇÃO – MOBRAL PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS
NO BRASIL NO PERÍODO DO REGIME MILITAR

JOÃO PESSOA - PB

2014

**PRISCILA DA SILVA LEITE
RÚBIA DE OLIVEIRA MACÊDO**

**A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE
EDUCAÇÃO – MOBRAL PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS
NO BRASIL NO PERÍODO DO REGIME MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Educação da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito obrigatório
para obtenção do grau de Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Orientador: Dr. Timothy Denis Ireland

Co-orientador (a): Milene Maria Machado de
Deus (in memoriam)

JOÃO PESSOA – PB

2014

M141c Macêdo, Rúbia de Oliveira.

A contribuição do Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL
para a educação de adultos no Brasil no período do regime militar /
Rúbia de Oliveira Macêdo. – João Pessoa: UFPB, 2014.
48f. ; il.

Orientador: Timothy Denis Ireland
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Analfabetismo. 2. Educação de adultos. 3. MOBRAL. I. Título.

UFPB/CE/BS

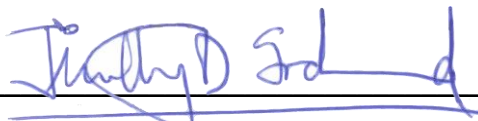
CDU: 374.7 (043.2)

PRISCILA DA SILVA LEITE
RÚBIA DE OLIVEIRA MACÊDO

**A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE
EDUCAÇÃO – MOBRAL PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS
NO BRASIL NO PERÍODO DO REGIME MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 28 / 03 /2014.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Timothy Denis Ireland
Orientador – CE/UFPB

Prof. Dra. Suelidia Maria Calaca
Examinador UFPB

Prof. Dra. Verônica Pessoa da Silva
Examinadora UEPB/CH/DE

A nossa saudosa professora e co-orientadora Milene Machado, que nos deu apoio nos momentos mais difíceis, acreditou no nosso trabalho e jamais nos abandonou, nem nesse momento. Acreditamos na sua presença em cada linha que constrói esse trabalho. Em cada opinião nossa está incutido os ensinamentos por ela cultivados em nossa caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos pais pelo apoio e incentivo de todos os dias, aos nossos maridos pela compreensão, e as nossas amigas da universidade por compartilhar conhecimentos e experiências dentro e fora da sala de aula.

Ao professor Timothy por nos orientar e acreditar em nosso trabalho, pelas palavras de incentivo e a confiança depositada.

Um agradecimento especial, para aqueles que fizeram e fazem até hoje a educação brasileira ser uma meta para tantos outros recém-formados. Que puderam contribuir com a nossa pesquisa, enaltecendo o nosso trabalho, nos enchendo de orgulho.

Ao Sr. Arlindo Lopes Correa, ex-presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, e a Dra. Verônica Pessoa da Silva, personagens ilustres da educação brasileira que, dentre tantos outros compromissos se depuseram a colaborar com o nosso trabalho. Assim se constrói a história de uma nação, e através desta propaga-se a educação de um povo.

“A relação entre o homem e o seu meio deve, no maior grau possível, inspirar todo processo educativo, no sentido de que tal relação é múltipla e não deveria ser vista dentro de perspectivas limitadas. Só assim o conceito de funcionalidade, qualquer que seja a denominação formal com que se manifeste, poderá compartilhar-se com o homem integral”. (Documento final do Seminário Interamericano de Educação de Adultos – Rio de Janeiro – 09 a 18 de abril de 1973).

RESUMO

O nosso trabalho apresenta um resgate histórico sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e do contexto social na qual este movimento estava inserido. Criado pela Lei nº. 5.379 de 15 de dezembro de 1967, só começou suas atividades em 08 de Setembro de 1970, em meio ao ‘entusiasmo pedagógico’. Iniciado durante o período da Ditadura Militar de 1964 foi alvo duras críticas por promover a ideologia do governo. Por considerarmos o MOBRAL, o programa de alfabetização de massa mais significativo dentre os existentes no país, analisamos as contribuições que este programa trouxe para a Educação de Adultos na época da Ditadura Militar no Brasil, considerando as inúmeras tentativas de erradicar o analfabetismo, realizadas em nosso país. A realização deste trabalho deu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica, com autores que estudaram o movimento, e/ou participaram do MOBRAL, com a finalidade de analisar e compreender as reais contribuições trazidas, pelo MOBRAL, para a Educação de Adultos. Dentre as várias contribuições trazidas pelo MOBRAL, podemos citar o material próprio para alunos e professores que programa disponibilizou gratuitamente e a implementação da educação continuada no Brasil.

Palavras-chave: Analfabetismo, Educação de Adultos, MOBRAL.

ABSTRACT

This monograph seeks to recover the history of the Brazilian Literacy Movement – MOBRAL and the social context in which it took place. Established by Law 5.379 on 15th December 1967, the Movement only began its activities on 8th September 1970, in the midst of a wave of “pedagogical enthusiasm”. Created during the Military Dictatorship, it suffered harsh criticism for promoting the government’s ideology. As we consider MOBRAL as the most significant mass literacy programme which has existed in this country, we set out to analyze the contributions which it made to Adult Education during the time of the Military Dictatorship in Brazil, bearing in mind the innumerable attempts already realized to eradicate illiteracy. As part of our research we carried out a bibliographic study of authors who had either participated in or researched MOBRAL with a view to analyzing and understanding the real contributions of MOBRAL to Adult Education, whilst not ignoring the criticisms directed at the programme during its existence.

Key words: MOBRAL. Adult Education. Literacy.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Analfabetismo no Brasil (1977)	15
TABELA 2 - Analfabetismo no Brasil e no Mundo (1977)	16
TABELA 3 - Analfabetismo por Região, Zona e Sexo (1977)	17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CFE – Conselho Federal de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNEA – Campanha Nacional de Educação de Adultos
CNER – Campanha Nacional de Educação Rural
COEST – Coordenação Estadual do MOBRAL
COMUM – Coordenação Municipal do MOBRAL
CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPC – Centro Popular de Cultura
DNE – Departamento Nacional de Educação
EDUCAR – Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAF – Programa de Alfabetização Funcional
PDC – Programa de Desenvolvimento Comunitário
PEI – Programa de Educação Integrada
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRODAC – Programa Diversificado de Ação Comunitária
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O ANALFABETISMO NO BRASIL	14
3 O GOLPE MILITAR DE 1964	19
3.1 A EDUCAÇÃO DE ADULTOS DURANTE O REGIME MILITAR	19
4 O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – MOBRAL	22
5 A CONTRIBUIÇÃO DO MOBRAL PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	40
ANEXO A - Capa do Livro de Leitura do MOBRAL	40
ANEXO B - Capa do Livro de Exercícios do MOBRAL	40
ANEXO C - Capa do Manual do Professor do MOBRAL	41
ANEXO D - Capa do Livro de Exercícios de Matemática	41
ANEXO E - Índices de analfabetismo da população de 15 a 69 anos, segundo grupos de idade – 1940 – 1976	42
ANEXO F - Alunos conveniados e alunos alfabetizados, segundo as grandes regiões e Unidades da Federação – 1970 – 74	43
ANEXO G - Alunos conveniados e alunos alfabetizados, segundo as grandes regiões e Unidades da Federação – 1971 – 75	44
ANEXO H - Alunos conveniados e alunos alfabetizados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1975 – 79	45
ANEXO I - Alunos conveniados e alunos alfabetizados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, segundo as Grandes Regiões e Unidades de Federação – 1976 – 80	46
ANEXO J - Alunos conveniados e alunos alfabetizados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação -1977 - 81	47

1 INTRODUÇÃO

O nosso trabalho tem como objetivo analisar, por meio de um breve histórico do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, na sua intenção de erradicar o analfabetismo no Brasil, refletindo sobre a sua importância na área de educação de adultos, durante o período militar. Ressaltamos as contribuições que o MOBRAL trouxe para a Educação de Adultos, levando em consideração que a problemática da alfabetização de jovens e adultos, ainda gera muitas discussões nos dias atuais, pois o número de pessoas analfabetas no Brasil permanece como um desafio.

A escolha do tema surgiu depois de muitos debates e estudos em sala de aula. A inquietação para conhecer melhor o maior movimento de alfabetização já existente no Brasil, veio após escutarmos tantas críticas a seu respeito, na medida em que esse movimento não soava tão bem para a maior parte dos educadores do curso de Pedagogia. Um movimento que possuía objetivos tão claros, material didático próprio, abrangia todo o território nacional. E, por que, ainda sim, as críticas foram sempre tão severas?

Sendo assim, ao escolhermos a área de aprofundamento na Educação de Jovens e Adultos, tínhamos a certeza de qual seria o nosso objeto de estudo. Era tão evidente que não chegamos a cogitar outro tema.

Contudo, o problema do analfabetismo no Brasil teve início ainda nos tempos de colônia, quando a educação ficou sob a responsabilidade dos jesuítas durante 219 anos. No Brasil, na década de 1960, o analfabetismo tornava-se um problema cada vez mais preocupante. Com o índice de analfabetos cada vez mais expressivo, o grau de desenvolvimento do nosso país era cada vez mais baixo.

Naquele contexto, eram consideradas analfabetas, segundo a UNESCO, as pessoas que não fossem capazes de escrever e ler um simples bilhete. Buscava-se que todos os cidadãos se alfabetizassem, para que fosse possível o progresso de nosso país.

Para resolver tal problemática educacional era preciso gerar um entusiasmo pedagógico por parte da população brasileira. Com isso, foram desenvolvidos vários movimentos educacionais, a fim de mudar tal situação existente no Brasil. Essas manifestações buscavam educação e cultura de qualidade para todos.

Dentre os vários movimentos existentes, que marcaram profundamente a história educacional em nosso país, destacamos em nosso trabalho o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, o qual foi criado pela Lei nº 5379 de 15 de Dezembro de 1967, mas que só começou suas obras educacionais em 08 de Setembro de 1970, envolvido em meio ao entusiasmo do dia da alfabetização.

O MOBRAL tinha como objetivo acabar com o analfabetismo no país nas décadas de 1970 e 1980, fazendo com que os seus alunos aprendessem a ler, escrever e contar, para que os mesmos fossem inseridos na sociedade; porém, foi severamente criticado por promover a ideologia do Governo Militar. Nesta perspectiva, como observamos em Costa (1986, p. 65), "toda ação educacional é política e pressupõe uma ideologia mas, não precisa necessariamente ser partidária".

Com sede Central situado na cidade do Rio de Janeiro, o programa tinha como ponto principal, para que existisse uma educação de êxito, a ajuda dos municípios, cuja função era articular ações que contribuíssem na execução de seus trabalhos. Se cada cidade seguisse corretamente o plano educacional estabelecido pelo MOBRAL, acreditava-se que a situação educacional de nosso país mudaria e melhoraria. Por isso, Paiva (1987, p. 292) ressaltava a visão da alfabetização para o Brasil nos anos 1960, no sentido de que “a alfabetização de adultos deveria estar vinculada às prioridades econômicas e sociais e às necessidades presentes e futuras de mão-de-obra”.

Os prefeitos de todos os municípios deveriam recrutar analfabetos, instruir os alfabetizadores explicando corretamente o método aplicado pelo MOBRAL, disponibilizar salas de aula acessíveis a todos, e providenciar materiais escolares, tais como: lápis, caderno, borracha, giz, quadro e entre outros. Era responsabilidade do MOBRAL CENTRAL, situado na cidade do Rio de Janeiro, e os seus coordenadores, controlar e supervisionar esse movimento educacional em cada município.

Para a construção do nosso trabalho buscamos subsídios em autores como: Vanilda Paiva (1987), Arlindo Lopes Correa (1979), Gilberta Martino Jannuzzi (1983), Roberto Mário Cunha da Costa (1986), Verônica Pessoa da Silva (2002), dentre outros.

Ao estudarmos mais profundamente a história do MOBRAL pudemos resgatar a memória desse movimento e perceber que as críticas de muitos autores e professores, talvez não tenham levado em consideração os benefícios que o movimento trouxe para a educação e para os brasileiros daquela época, enfatizando apenas a vinculação do MOBRAL ao governo militar.

No decorrer do nosso trabalho realizamos uma abordagem histórica do analfabetismo no Brasil, desde os tempos do Brasil colônia até o período da Ditadura Militar (1964-1985). E, por sua vez, traremos uma contextualização do Golpe e de como se deu a educação nesse período. Resgatamos a história do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e, por fim, faremos uma análise das contribuições deixadas pelo MOBRAL para a Educação de Jovens e Adultos, tomando como base os estudos levantados e os depoimentos do Sr. Arlindo Lopes Correa (ex-presidente do MOBRAL) e da Dra. Verônica Pessoa da Silva (pesquisadora do movimento em questão).

2 O ANALFABETISMO NO BRASIL

O analfabetismo no Brasil constitui um grande desafio desde os tempos da colonização. A educação na época colonial ficou sob a responsabilidade dos jesuítas por um período de 219 anos, até serem expulsos pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, no ano de 1759. No Período Imperial, não houve grandes contribuições para a educação brasileira, o que favoreceu ainda mais o aumento do número de analfabetos no país. No Período Republicano, em especial do ano de 1889 a 1930, o país passou por transformações políticas e econômicas; veio o crescimento industrial e o surgimento das primeiras realizações concretas no âmbito educacional, mas com uma preocupação voltada para a formação profissional.

De 1930 a 1945, a industrialização provocou uma maior procura às escolas. Em 1932 aconteceu o Manifesto dos Pioneiros que trouxe mudanças para a educação, em que o estado passou a reconhecer o direito de todos os cidadãos à educação, esclarece Paiva (1987, p. 159):

Inicia-se a polêmica entre os que acreditavam ser mais razoável solucionar o problema do analfabetismo através da maior ampliação das redes de ensino elementar comum e os que solicitavam medidas de efeitos mais a curto prazo, enfatizando a necessidade de programas especiais para adultos.

De 1945 a 1964 destacaram-se as lutas democráticas e o movimento de educação popular. Em 1947 foi criada a primeira campanha nacional de alfabetização de adultos, motivada por questões políticas e econômicas, como ressalta Pereira (1981, p. 12):

No período posterior a 1947, surgem várias campanhas de cunho federal em favor da erradicação do analfabetismo. São elas (1) Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos; (2) Campanha Nacional de Educação Rural; (3) Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo; (4) Mobilização Nacional contra o Analfabetismo; (5) Comissão de Cultura Popular; (6) Movimento Brasileiro de Alfabetização.

O Golpe Militar, em 1964, pôs fim a diversos movimentos de alfabetização de massa. Após 1964, o planejamento educacional passou a ser integrado ao PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). A Educação de Jovens e Adultos foi regulamentada pela Lei nº 5.692 de 11 de Agosto de 1971, assinada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, por meio do ensino supletivo, no qual se previa a oportunidade de estudo para jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade regular.

Historicamente, a busca pelo direito à escolarização, independentemente da idade, é uma luta travada a duras penas, seja por instituições não governamentais, por agências internacionais, por instituições filantrópicas e

confessionais, ou pelo próprio Poder Público, que percebe a urgência do problema e se acha pressionado pela sociedade em responder aos desafios educacionais da contemporaneidade. (GOMES, 2012, **falta o número de página**).

O índice de analfabetismo de um país remete ao seu nível de desenvolvimento, pois quanto maior o número de analfabetos fica evidente a tendência de o país ser menos desenvolvido. Tanto o conceito, internacional quanto o nacional, é o mesmo para analfabetos e alfabetizados. São consideradas analfabetas, segundo a UNESCO, as pessoas com 15 anos ou mais incapazes de escrever e de ler uma carta ou bilhete, e alfabetizados, todos capazes de escrever e ler uma carta ou bilhete. São considerados semianalfabetos aqueles que são capazes de escrever, mas não leem ou são capazes de ler, mas não escrevem. Observando os quadros abaixo, podemos ver a gravidade e o tamanho do problema que o Brasil tem enfrentado com o analfabetismo, desde os primeiros Censos realizados a partir de 1872 até 1970.

TABELA 1 - Analfabetismo no Brasil 1977

Analfabetismo no Brasil				
QUADRO 1				
ANOS	(A) POPULAÇÃO TOTAL	(B) POPULAÇÃO DE 15 ANOS e +	(C) ANALFABETOS DE 15 ANOS e +	(D) ÍNDICE DE (2) ANALFAB. (C/B)
1872 (1)	9.930.478	8.854.794	7.290.313	82,3%
1890 (1)	14.333.915	12.212.125	10.091.556	82,6%
1900	17.438.434	9.752.111	6.371.660	65,3%
1920	30.635.605	17.557.282	11.401.715	64,9%
1940	41.326.315	23.709.769	13.269.381	56,0%
1950	51.944.397	30.249.423	15.272.632	50,5%
1960	70.119.071	40.187.590	15.865.792	39,4%
1970	93.139.037	54.008.604	18.146.977	33,6%

(1) Para os anos de 1872 e 1890, os dados das colunas (B), (C), e (D) referem-se à População de 5 anos e mais, que, embora não seja a faixa da população mais correta, é a única disponível. Observando-se os índices de analfabetismos, do período de 1900 a 1970 e os percentuais de analfabetos de 5 anos e mais de 1872 a 1890, podemos estimar que os índices de analfabetismo (para 15 anos e mais) dos anos de 1872 a 1890 são superiores a 70%.

(2) Ressalte-se mais uma vez: índice de analfabetismo é — SEMPRE — CALCULADO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS.

Fonte: Soletre Mobral e Leia Brasil - Sete anos de luta pela alfabetização - 1977

Esses dados eram inaceitáveis para uma sociedade que almejava o desenvolvimento econômico. Por isso, no Período Republicano (1889 a 1930), surgiram diversos movimentos com o propósito de erradicar o analfabetismo, mesmo que fosse evidente que o governo estivesse alimentando uma política eleitoreira, tendo em vista que só tinha direito ao voto, os cidadãos que soubessem ler e escrever.

Com a chegada da Revolução Industrial, após a Primeira Guerra Mundial, aumenta a pressão internacional para que o país repense suas prioridades educacionais, uma vez que o mesmo precisava de mão de obra qualificada e alfabetizada.

O analfabetismo seria um empecilho para que o indivíduo pudesse desenvolver atividades sociais e econômicas, ter experiências e formar opiniões no decorrer de sua vida. Era o analfabeto um homem destituído de um instrumento essencial para que pudesse manifestar-se como homem. (PAIVA, 1987, p. 266).

TABELA 2 - Analfabetismo no Brasil e no Mundo (1974)

Analfabetismo no Brasil e no Mundo			
QUADRO 2			
PAÍSES	ÍNDICES DE ANALFABETISMO	PAÍSES	ÍNDICES DE ANALFABETISMO
Bolívia	68%	Argentina	8%
Peru	41%	Itália	7%
Equador	33%	França	2%
Colômbia	27%	USA	1%
Brasil	20%	Japão	*
Paraguai	20%	Suíça	*
Chile	12%	Dinamarca	*
Uruguai	8%	Suécia	*
(*) Índice menor do que 1,0%			
Obs. Dados de 1974.			

Fonte: Soletre Mobral e Leia Brasil - Sete anos de luta pela alfabetização - 1977

O analfabetismo constitui um mal arraigado na sociedade brasileira, praticamente tão antigo quanto o próprio país, e contrário às diversas campanhas de alfabetização que surgem no bojo de políticas educacionais. Não saber ler e escrever, portanto, é a forma extrema da lacuna educacional. (CUNHA, s.d.)

As pessoas analfabetas eram vistas como um mal para a sociedade; eram elas que impediam o desenvolvimento econômico do país. Essa parte da população foi severamente discriminada e marginalizada, viviam excluídos, sem direito ao voto, sem um emprego digno e principalmente, sem acesso à educação.

A situação era muito mais crítica nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do país, onde se encontravam o maior número de analfabetos. O problema evidenciava-se ainda mais nas zonas rurais, cuja população ainda não tinha interesse pela educação, pois precisava trabalhar desde a infância, e devido à precariedade do ensino na zona rural.

TABELA 3 - Analfabetismo por Região, Zona e Sexo

Analfabetismo por região zona e sexo						
Quadro 3	Censo 1970	ZONA E SEXO	POPULAÇÃO 15 ANOS ou +	ANALFABETOS 15 ANOS ou +	ÍNDICES DE ANALFABETISMO (%)	POPULAÇÃO TOTAL
Norte		Urbana	890.128	147.814	16,6	1.626.600
		Rural	1.025.566	542.638	52,9	1.977.260
		Masculino	967.796	329.990	34,1	1.819.228
		Feminino	947.898	360.462	38,0	1.784.632
		Total	1.915.694	690.452	36,0	3.603.860
Nordeste		Urbana	6.705.382	2.288.132	34,1	11.752.977
		Rural	8.707.809	6.079.841	69,8	16.358.950
		Masculino	7.363.500	3.932.528	53,4	13.719.134
		Feminino	8.049.691	4.435.445	55,1	14.392.793
		Total	15.413.191	8.367.973	54,3	28.111.927
Sudeste		Urbana	18.461.606	2.996.123	16,2	28.964.601
		Rural	5.990.986	2.773.575	46,3	10.888.897
		Masculino	12.081.401	2.355.907	19,5	19.854.063
		Feminino	12.371.191	3.413.791	27,6	19.999.435
		Total	24.452.592	5.769.698	23,6	39.853.498
Sul		Urbana	4.490.751	652.692	14,5	7.303.427
		Rural	4.950.192	1.676.183	33,9	9.193.066
		Masculino	4.761.628	1.020.650	21,4	8.331.430
		Feminino	4.679.315	1.308.225	28,0	8.165.063
		Total	9.440.943	2.328.875	24,7	16.496.493
Centro-Oeste		Urbana	1.388.707	296.492	21,4	2.437.379
		Rural	1.397.477	693.487	49,6	2.635.880
		Masculino	1.452.912	470.216	32,4	2.607.488
		Feminino	1.333.272	519.763	39,0	2.465.771
		Total	2.786.184	989.979	35,5	5.073.259
Brasil		Urbana	31.936.574	6.381.253	19,9	52.084.984
		Rural	22.072.030	11.765.724	53,3	41.054.053
		Masculino	26.627.237	8.109.291	30,5	46.331.343
		Feminino	27.381.367	10.037.686	36,7	46.807.694
		Total	54.008.604	18.146.977	33,6	93.139.037

Fonte: Soletre Mobral e Leia Brasil - Sete anos de luta pela alfabetização – 1977

Foi nesse momento que começaram a surgir, novos planos e debates que viabilizassem as estratégias para acabar com o analfabetismo no Brasil, na tentativa de adequar o país a nova ordem sócio-cultural. Neste sentido, Paiva (1987, p. 208) relata que, “O Congresso ofereceu a oportunidade para a manifestação de diversos grupos de educadores, preocupados em buscar novos métodos para a alfabetização e a educação de adultos”.

A educação se faz imprescindível para a formação do homem como cidadão socialmente e economicamente participativo. É por meio da educação que se promove a cidadania, a fim de que a sociedade possa iniciar o seu processo de transformação.

No que diz respeito à história da Educação de Adultos no Brasil, podemos afirmar que foram inúmeros os obstáculos enfrentados, tendo em vista que a educação era privilégio da classe dominante, que buscava sempre atender aos interesses próprios.

3 O GOLPE MILITAR DE 1964

A década de 1960 foi marcada por crises na política, na econômica e no âmbito social, situação que resultou no golpe militar que tirou o presidente João Goulart do poder. No dia 31 de Março de 1964, ocorreu a rebelião das Forças Armadas contra o Governo de João Goulart. O movimento golpista teve início no estado de Minas Gerais, com o apoio das tropas do General Olímpio Mourão Filho, a qual contava com o auxílio do então Governador mineiro, Magalhães Pinto.

Os militares de São Paulo e do Rio de Janeiro, também, aderiram ao movimento golpista e o presidente João Goulart não teve como evitar o golpe, se vendo obrigado a deixar Brasília no dia 1º de Abril de 1964.

A deposição do presidente João Goulart significou o fim de um período democrático e o início do mais longo período ditatorial da história brasileira. Em termos econômicos, a ditadura militar adotou um modelo de desenvolvimento dependente, que subordinou o Brasil aos interesses do capital estrangeiro, decretando, assim, a derrota do projeto nacionalista desenvolvimentista. Foi em 31 de março de 1964; tropas militares de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas do país e tomaram o controle do Estado em nome de um entendimento de democracia, liberdade, segurança e desenvolvimento nacional. O movimento marcou o (re) início de um regime ditatorial no país, que então, duraria vinte e um anos, e se caracterizaria, entre outras coisas, por um revezamento dos militares no poder central da sociedade brasileira; portanto, um poder hegemônico de classe, que acabou registrado e conhecido historicamente como uma Ditadura Militar. (ROSA, 2006, p.33).

O período da Ditadura Militar (1964-1985) ficou marcado pela censura, perseguições políticas e repressão aos que iam contra o regime. Para tentar obter maior controle, os militares passaram a atuar em diversas áreas da sociedade, dentre elas estava à educação, que passou a ser um instrumento de propagação da ideologia dominante.

3.1 A EDUCAÇÃO DE ADULTOS DURANTE O REGIME MILITAR

Por acreditar que os programas de alfabetização em massa seriam uma ameaça ao Regime Militar, o governo optou por reprimir e extinguir muitos dos programas de alfabetização de adultos que surgiram na década de 1960, restando apenas o MEB, mas com a

condição de realizar severas mudanças na sua metodologia, referentes ao material didático e a demissão de alguns de seus técnicos.

Por isso, no início do período da Ditadura Militar (1964-1966) não houve nenhum investimento para a área de Educação de Adultos. Mas, devido ao elevado número de analfabetos no país, em 1966, o governo brasileiro, juntamente com o MEC, CFE e a Secretaria de Planejamento, criou o Plano Complementar com o objetivo de destinar mais verbas para a Educação de Adultos.

Com um regime totalitário no poder, esses programas também não mais poderiam servir como forma de conquista de eleitorado e, portanto, perdem importância frente aos olhos das lideranças e são reprimidos, tendo vários desaparecidos. Os que permaneceram tiveram sua programação revista. Como forma de substituição das antigas iniciativas, foram criadas novas de caráter assistencialistas e conservadoras. Um exemplo dessas decisões foi o surgimento do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o programa mais representativo do governo militar na área. (PRADO, 2010, p. 05)

E, devido ao apelo feito pela UNESCO, junto aos países membros a retomarem os programas para a alfabetização de adultos, o governo brasileiro voltou a apoiar a Cruzada ABC - Ação Básica Cristã, com investimentos da USAID; mas também, tinha suas atividades supervisionadas pelos militares.

A ditadura militar, implantada no Brasil a partir de 1964, trouxe muitas consequências e transformações na área da educação. Priorizou-se a educação tecnicista, a fim de atender às necessidades da industrialização crescente no país. A educação tecnicista adaptava-se aos ideais almejados pelos militares, voltando-se para a formação de mão-de-obra especializada em curto período, direcionando as pessoas para o mercado de trabalho.

A maior parte das escolas estaduais do Brasil, após o Golpe Militar de 1964, eram centros de formação profissional para os filhos de operários, que os viam como instrumentos econômicos do país, tornando-se assim, estabelecimentos educacionais que teriam de transmitir apenas uma educação tecnicista. Esse processo deu-se por meio da difusão da ideia de que a educação deveria ser uma atividade lucrativa.

Porém, a UNESCO volta suas recomendações para um programa de alfabetização funcional, a fim de atender às necessidades do público adulto, como foi mencionado no Relatório da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, de 1972, o qual recomendava uma educação permanente, tanto para os países desenvolvidos, como para os países em desenvolvimento, tendo em vista que “a educação é, acima de tudo, a grande mola propulsora da evolução dos povos. Evolução que, às vezes, pode parecer desesperadamente

lenta, mas é o único caminho viável para o progresso social”. (COSTA, 1986, p. 63). Assim, ressaltou-se a necessidade de priorizar a educação não formal, uma vez que a população de adultos não escolarizados tinha necessidades específicas relacionadas à aprendizagem.

4 O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – MOBRAL

A sociedade visava cada vez mais a busca por seus direitos básicos educacionais. Mesmo durante a década de 1960 ocorreram diversas manifestações que destacavam a luta por uma educação de qualidade para a EJA. O Fundo Nacional destinava parte de sua verba para a Educação de Adultos, e, com a ajuda da UNESCO, buscava a redução dos altos índices de analfabetismo no Brasil.

Muitas campanhas surgiram em nosso país, anteriores ao Golpe Militar, com o objetivo de erradicar o analfabetismo. Entre elas, destacamos a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, a qual iniciou no ano de 1947 até 1963. Esta foi a maior campanha voltada para a área da educação antes do MOBRAL. Porém, seu objetivo não era apenas alfabetizar, como descreve Silva (2002, p. 104):

[...] além de elaborar materiais didáticos para adultos e se ocupar com uma metodologia mais adequada para esta faixa etária. Internamente, estava preocupada com a preparação de mão-de-obra alfabetizada nos centros urbanos.

A Campanha Nacional de Educação Rural – CNER teve início em 1952, sendo esta financiada pela UNESCO. Atingiu muitos estados, chegando a ter dezoito missões. Já em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA buscou avaliar a educação que era desenvolvida para todos. Em 1961 surge o Movimento de Educação de Base – MEB, no qual a alfabetização de Adultos era desenvolvida pela utilização de redes de emissoras católicas, buscando o mesmo objetivo - sanar os problemas da sociedade brasileira.

Afirma Correa (1979, p. 61) que:

Apesar de todos esses esforços, ao iniciar-se na década de 70 a situação do analfabetismo no Brasil apresentava-se ainda de uma forma que pode ser considerada extremamente contrastante com os anseios de um país na escalada do desenvolvimento. Em 1970, data do último censo realizado, este apresentava o Brasil com 33,6% de analfabetos entre a sua população adulta.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL - foi criado no ano de 1967, pela Lei nº 5.379. Motivadas pelo Dia Internacional da Alfabetização, as obras educacionais do MOBRAL começaram em 08 de setembro de 1970, com o então presidente Mario Henrique Simonsen. A proposta do Movimento Brasileiro de Alfabetização seria de erradicar o analfabetismo em dez anos. Seus objetivos destacam a importância das noções básicas de conhecimentos, métodos e técnicas educativas e profissionais, relacionados aos problemas de

saúde, trabalho, religião entre outros. Também era atribuída ao MOBRAL a instalação de centros educacionais sociais e cívicos, para que jovens e adultos adquirissem hábitos e técnicas para o manuseamento de meios de comunicação, tais como rádios, televisão, livros, cinemas, teatros, músicas e etc.

Segundo Silva (2002, p. 123),

A criação do MOBRAL, vinha em consonância com o desenvolvimento do Plano de Alfabetização. Esta articulação favorecia a construção de novas perspectivas para o trabalho da alfabetização desenvolvida no campo da EJA, já que esta era descrita como uma tarefa permanente, distanciando-se assim da transitoriedade das já conhecidas campanhas de massa.

Elaborou-se um plano de ação, por meio de uma comissão, o qual contava com uma grande quantidade de participantes da equipe do DNE. Depois de vários encontros e debates sobre a organização administrativa do MOBRAL, em vinte e nove de março de mil novecentos e sessenta e oito, foi aprovado o seu estatuto, no qual informava os recursos, objetivos do programa, as finalidades destinadas estabelecidas pela lei. Esse estatuto estabelecia presidente, conselhos e coordenações estaduais e municipais.

Contudo, o MOBRAL estava a um passo de iniciar suas atividades prometendo implantar uma educação permanente e transformado esse acontecimento em um momento histórico para o nosso país. Os recursos financeiros destinados para esse programa chegaram da loteria esportiva e de uma parte dos impostos de renda arrecadados por empresas.

Alguns fatores mostram a necessidade de realizar um programa que implantasse uma educação digna neste país. Porém, o MOBRAL enfrentou alguns obstáculos para desenvolver o seu programa, conforme descreve Correa (1979, p. 371):

A escassez de recursos humanos especializados em educação de adultos; este foi, sem dúvida, um dos mais graves problemas que o MOBRAL teve, logo de início, de enfrentar. De fato, deve-se enfatizar, havia no Brasil toda uma tradição de formação de educadores especializados nos vários graus de ensino formal. As campanhas de alfabetização anteriores recrutavam para os seus quadros esses valores que levaram para a sua ação toda uma bagagem enraizada nos cânones do ensino formal, adaptando-a a alfabetização de adultos, sem levar quase sempre as características essenciais e existenciais desse adulto. O número excessivamente alto de analfabetos; a grande extensão territorial brasileira; a falta de um sistema de comunicação constante que ligasse todo o país.

Observando todos esses problemas, o MOBRAL, desenvolveu uma estrutura na qual, pudesse atender todas as diversidades econômicas, culturais e sociais existentes em nosso país. Para isso foi preciso descentralizar o MOBRAL, estruturando-o em níveis. Com isso, a

estrutura do MOBRAL foi dividida em três níveis, que eram: o Nível Central, o Nível Intermediário e o Nível Municipal.

O Nível Central era constituído por sua coordenação central. Este deveria articular os interesses do MOBRAL com as prioridades exigidas pelo MEC. Este órgão era dividido em Coordenação Geral; Política Educacional; Diretrizes Didáticas; Planejamento; Controle; Avaliação; Recursos Financeiros; Assistência Técnica.

O segundo, o Nível Intermediário, era estabelecido pelas coordenações dos estados ou regiões, que acompanhavam os programas desenvolvidos articulando-lhes com a realidade local de cada indivíduo. As divisões deste nível eram em: Coordenações; Controle; Avaliação; Assistência Técnica e Recursos Humanos.

O terceiro e último, o Nível Municipal, era desempenhado por pessoas que trabalhavam na elaboração e execução do programa. Este órgão era dividido: em Definições de Ações; Levantamento dos Analfabetos; Levantamento e Diagnóstico do que estava sendo feito e alfabetização; Planejamento; Execução de Campanhas; Treinamento; Acompanhamento; Avaliação; Fiscalização, entre outros.

Com isso, surgiu o denominado segundo MOBRAL que, tinha como foco um órgão encarregado de seus próprios programas. Assim relata Silva (2002, p. 131):

Apesar destas contradições internas, o trabalho do MOBRAL foi se consolidando, suas ideias foram cada vez mais se firmando, justificando a necessidade e a importância de um investimento na educação de jovens e adultos, até hoje, um dos maiores que registra a história da educação brasileira.

Resolvido este impasse, o MOBRAL acreditava que era necessário investir na formação de educadores e que essa formação atendesse os três níveis estruturados pelo MOBRAL. Neste momento, observou a necessidade de desenvolver um programa de formação profissional. Esse sistema de formação foi sendo aperfeiçoado no decorrer de seus anos.

Os agentes recebiam sua capacitação por técnicos do MOBRAL. Primeiramente, sobre a sua área de atuação, como também, conheciam os outros programas desenvolvidos por este Movimento. Este treinamento era dado, também, para os agentes mais antigos. Esta capacitação poderia ocorrer por meio de correspondências enviadas pelos pedagogos a Gerência Pedagógica do MOBRAL, que respondia suas dúvidas dentro de uma perspectiva crítica. Também era desenvolvido o Encontro Nacional ou Regional, nos quais eram examinados os programas, projetos e atividades desenvolvidas pelo MOBRAL.

Correa (1979, p. 373), destaca:

Diante do compromisso assumido com a nação de erradicar o analfabetismo até 1980, diante ainda do excessivo número de analfabetos, o MOBRAL viu-se na contingência de recrutar e capacitar um grande número de alfabetizadores em todo o território nacional.

O MOBRAL estabeleceu duas vertentes pedagógicas. A primeira aconteceu durante o comando do Presidente Jorge Boaventura de Souza e Silva, também diretor do Departamento Nacional de Educação - DNE, buscando promover cursos de alfabetização funcional para adultos. Sua segunda tendência era presidida pelo Dr. Mário Henrique Simonsen, no qual este programa atendia cerca de 507.567 alunos e contava com 25 mil alfabetizadores. Também desenvolveu o PAF – Programa de Alfabetização Funcional que teve início no ano de 1970, atendendo 507.567 alunos, e cerca de vinte e cinco mil alfabetizadores.

Silva (2002, p. 133), destaca:

O Programa de Alfabetização Funcional foi desenvolvido com exclusividade nos anos de 1970 e 1971, quando foram criados os novos programas de desenvolvimento comunitário e o de Educação Integrada, instituídos como apoio e continuidade deste programa.

O Programa de Alfabetização Funcional – PAF iniciou no ano de 1970, com duração de 3 a 6 meses. Foram realizados treinamentos e escolhido o material didático. No início, os trabalhos de formação profissional foram feitos no nível intermediário, atingindo assim a realidade local de cada educando. Surgiram assim, os agentes pedagógicos, que iriam trabalhar no Programa de Alfabetização Funcional, mas antes recebiam formação dos técnicos do MOBRAL Central. Esses eram responsáveis por coordenar, planejar e acompanhar o desenvolvimento do programa em seu estado ou região.

Correa (1979, p. 65), relata:

Partiu, assim, o MOBRAL para o seu próprio conceito de alfabetização funcional, entendida como aquela que leva adolescentes e adultos à aplicação prática e imediata das técnicas de ler, escrever e contar, propiciando-lhes uma progressiva autonomia e uma busca de melhores condições de vida. Cabe, aqui, ressaltar que este princípio não está ligado somente à concepção de transformar o homem em agente do processo de desenvolvimento, mas também à ideia de transformá-lo em beneficiário deste processo.

O Programa de Alfabetização Funcional passa a ser entendido como uma resposta às necessidades da população de escolarização. Suas atividades eram desenvolvidas próximas às suas residências, em qualquer lugar que estivesse disponível. Eram destinados a pessoas em idade entre quinze e trinta e cinco anos. Apesar de todos os esforços, observamos que o Programa de Alfabetização Funcional teve maior ação nas comunidades rurais, do que em

comunidades urbanas. Devido a sua resistência a adequar-se a metodologia diferenciada e a falta de público adulto, estudos mostram que em 1973 este "programa atingia cerca de 67,6% da população da zona rural". (CORREA, 1979, p. 150)

Os objetivos específicos do Programa de Alfabetização segundo Correa (1979, p. 152), são:

- 1) Desenvolver nos alunos habilidades de leitura, escrita e contagem;
- 2) Desenvolver um vocabulário que permita o enriquecimento de seus alunos;
- 3) Desenvolver o raciocínio, visando facilitar a resolução de seus problemas e de sua comunidade.
- 4) Formar hábitos e atitudes positivas, em relação ao trabalho;
- 5) Levar os alunos: a conhecerem os seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária. A se empenharem na conservação da saúde e melhoria das condições de higiene pessoal e familiar e da comunidade. A se certificarem da responsabilidade de cada um [...]. A participarem do movimento da comunidade, tendo em vista o bem-estar das pessoas.

Por meio de metodologias específicas, buscava desenvolver no aluno a formação para a responsabilidade, para liberdade, capacitando-o de acordo com as necessidades da sociedade. O conteúdo das atividades desenvolvidas durante o Programa de Alfabetização Funcional estava sempre voltado à realidade da vivência do educando. O uso de palavras geradoras estava de acordo com as necessidades básicas do aluno.

Assim, para que um educador pudesse trabalhar no sistema do MOBRAL, este deveria passar por uma formação inicial, que tinha a duração de vinte e quatro horas. Nesta formação eram abordados alguns temas, como descreve Correa (1979, p. 377):

- 1) a alfabetização de adultos numa perspectiva de educação permanente;
- 2) as características do aluno adolescente e adulto;
- 3) a relação professor/aluno;
- 4) os princípios de aceleração e de funcionalidade que estão subjacentes à metodologia do programa;
- 5) a metodologia do Programa de Alfabetização Funcional: cartaz gerador, palavra geradora, técnicas de trabalho em grupo e de trabalho diversificado, a utilização do material didático;
- 6) conteúdos gerais necessários ao desenvolvimento da metodologia: alimentação, trabalho, comunicação, cultura, higiene e saúde, transporte, habitação etc., ao lado de informações sobre o conteúdo dos demais programas do MOBRAL;
- 7) avaliação do aluno, auto-avaliação do alfabetizador.

Além de estudar estas questões, o alfabetizador, também, passava por um Treinamento em Serviço. Nesta capacitação são feitas visitas à classe, entrevistas com os supervisores, com a Comissão do município e também com as Coordenações Estaduais. O material didático utilizado no Programa de Alfabetização Funcional - PAF, seguia o "Roteiro

de Orientação do Alfabetizador”. Este livro apresentava um roteiro teórico e as orientações necessárias para serem executadas em ambiente escolar. É importante destacar que o alfabetizador sempre é convidado a participar de outros programas do MOBRAL, para que ele possa aumentar os seus conhecimentos.

Correa (1979, p. 378), descreve:

Tendo em vista o expressivo número de pessoas que já se engajaram no Programa de Alfabetização Funcional desde 1970, considerando que estas pessoas em sua expressiva maioria não tinham nenhuma formação anterior na área de educação de adultos, tendo em vista, finalmente, a oportunidade constante de encontros, orientações e reciclagens periódicas, pode-se afirmar, sem receio de ufanismo, que o MOBRAL tem representado a primeira grande agência de formação de educadores adultos, mesmo que se considerasse a existência de um só programa como o de Alfabetização Funcional. Mas, os programas são vários, com os objetivos específicos e, portanto, número ainda mais expressivo de educadores de adultos vem sendo habilitado pelo MOBRAL.

Outros programas foram criados, como o Programa de Desenvolvimento Comunitário – PDC. Este programa reunia grupos de 50 pessoas em encontros que aconteciam duas vezes por semana, com o tempo de duração de uma hora e meia de estudo. Tinha como objetivo atender aos alunos que fossem entrar em programas de alfabetização, desenvolvendo atividades relacionadas ao desenvolvimento comunitário. Este programa deu início ao Programa Diversificado de Ação Comunitária – PRODAC. O Programa de Educação Integrada - PEI, tinha o objetivo de dar continuidade aos estudos da população, desenvolvendo cursos, que duravam cerca de um ano. Para participar do Programa, o educador deveria participar de um curso com duração de 40 horas.

O método utilizado pelo MOBRAL destacava duas linhas de orientação. A primeira ressaltava propostas desenvolvidas em programas de alfabetização iniciais. A segunda orientação destacava o estudo de palavras geradoras.

Segundo Silva, (2009, p. 138):

O método era trabalhado a partir da identificação do universo vocabular dos alunos, resgatando suas palavras, seus valores, suas formas de linguagem e de expressão, sua maneira de ver o mundo. Feita esta identificação, as palavras eram trabalhadas dentro do conteúdo escolar, devendo o alfabetizador perceber as necessidades sentidas pelos alunos, seu nível de conhecimento e as formas de ampliar aquele universo de palavras nas varias situações de uso.

Apesar de existir todo esse empenho em utilizar palavras que estivessem ligadas ao universo do educando, os materiais didáticos utilizados eram os mesmos utilizados em todo o Brasil.

Inicialmente era disponibilizado um cartaz gerador. Neste cartaz os alunos iriam identificar a imagem, e por meio desta, estudariam a palavra geradora. Estas palavras deveriam estar relacionadas às necessidades humanas básicas. O papel do professor seria de fazer algumas perguntas e depoimentos, estimulando, assim, os alunos à oralidade e expressão de seus pensamentos. O próximo passo seria o estudo da palavra geradora, sabendo-se que estas palavras estão relacionadas à vivência deste educando.

Por último, a decomposição das sílabas das palavras geradoras, para que assim houvesse o estudo das famílias silábicas, chegando assim à formação e o estudo de novas palavras, frases e texto. Esta fase se tornou muito importante, pois os educandos iriam aprendendo as palavras estudadas de três formas: oralmente, de maneira escrita e através da expressão de suas ideias.

Segundo Correa (1979, p. 155) tudo isso constitui uma avaliação muito subjetiva do programa. Se usar é necessário, questionar também.

O progresso do aluno é gradual, aos poucos vão surgindo frases e pequenos textos suplementares. Durante o curso o aluno recebe livros de leitura continuada para exercitar e ganha velocidade na leitura. O ensino da escrita é paralelo à leitura. Quando na palavra geradora aparece um fonema que pode ser registrado de formas diferentes, todas essas formas são ensinadas, evitando-se, assim, a redundância fonêmica de uma nova palavra geradora e enfatizando-se um fonema já estudado.

Os alunos, também, aprendiam e recebiam materiais relacionados ao ensino da matemática. Os professores recebiam toda a orientação necessária, por meio dos cursos de capacitação, como já destacamos. Porém, muitas críticas foram apontadas sobre o material didático desenvolvido pelo MOBREAL, como destaca Silva (2009, p. 141):

Apesar disto, muitos dados revelaram um efeito negativo do material, devido a sua complexidade estrutural, ao distanciamento deste com relação ao contexto e as experiências de vida dos alunos, pelo pouco período de duração das aulas e, também, pela perda de tempo ocorrida no trabalho de sala de aula.

Outros programas foram desenvolvidos, como: O Programa MOBREAL Cultural, que visava atividades culturais para os alunos. O Programa de Profissionalização, que buscava a preparação para o trabalho. O Programa de Alfabetização Comunitária para a Saúde, o qual envolvia os alunos e comunidades, em questões relacionadas à saúde. O Programa de Ação Comunitária desempenhava o seu papel junto com a sociedade, buscando desenvolver ações que levassem ao planejamento da comunidade. O Programa de Autodidatismo, que trabalhava com ex-alunos do MOBREAL, capacitando-lhes para se tornarem agentes desta educação.

5 A CONTRIBUIÇÃO DO MOBRAL PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Nesse capítulo, faremos o confronto de alguns autores que, por muito tempo, estudaram, e, ainda, estudam o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL - a fim de levantarmos dados para que possamos chegar às contribuições que esse movimento deixou para a Educação de Adultos no período da Ditadura Militar.

Desde a sua aprovação em 1967, o MOBRAL, sendo o único programa de alfabetização de adultos que existiu no país neste período, contou com todo apoio do Governo Militar. Por isso, não faltaram subsídios para a sua execução, como ressalta Paiva (1981, p. 86) em seu comentário, o programa "dedicou vultuosos recursos à alfabetização da população adulta", e isso era um fato incontestável. Ao MOBRAL nunca faltou recursos financeiros para o seu desenvolvimento.

[...] como conseguir recursos suficientes para realizar uma campanha de massa. E a solução deste problema foi facilmente encontrada por Simonsen, que propôs a transferência voluntária para o MOBRAL de 2% do Imposto de Renda devido pelas empresas (esta solução foi aceita, embora o Ministério da Fazenda reduzisse aquele percentual a 1%) e oficializada pelo Decreto-Lei nº. 1.124 de 8 de setembro de 1970. Tal fonte de recursos foi complementada com a destinação de 24% da renda líquida da Loteria Esportiva, podendo o programa contar, já em 1971, segundo o cálculo do ministro Passarinho, com uma fantástica soma que atingia entre 20 e 25 milhões de dólares. (PAIVA, 1981, p. 99)

Paiva (1981, p. 107), ressalta que: “[...] O MOBRAL, segundo ele (Arlindo), teria sido criado ‘por um ato de extrema ousadia’ do ministro Passarinho e isto porque ‘havia a consciência nacional e havia a decisão política do Governo Revolucionário de resolver o problema do analfabetismo’ [...]”. O MOBRAL entrou no cenário educacional com uma ambiciosa meta, reduzir o índice de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, que em 1970 era de 33,6%, para 10% até 1980. Se a preocupação não era a falta de recursos, no momento o programa precisava apenas conquistar ao povo brasileiro, e assim o fez, como salienta Costa (1986, p. 27), “o principal motivo do êxito obtido pelo MOBRAL, e a característica mais marcante de sua metodologia de atuação, foi o envolvimento comunitário que se conseguiu”.

Nenhum movimento chegaria tão longe se não obtivesse o grande apoio popular que o MOBRAL conseguiu na sua existência. Porém, o Movimento, recebeu duras críticas por ter

promovido a ideologia do governo. Segundo Paiva (1982b, p. 68), "o exército não era apenas o tutor do país, mas, o educador do povo". Mas, se o programa tinha todo o apoio do Governo Militar, ele jamais poderia ir contra sua ideologia. A questão que colocamos é: Naquele momento, pelo qual passava o país, seria melhor frequentar as salas de aulas do MOBRAL, "incutidas" da ideologia do governo, ou permanecer analfabeto? Esse questionamento sempre nos pareceu pertinente ao estudar o MOBRAL. Por isso, ressaltamos as palavras de Silva (2014):

Acrescento, ainda, que o MOBRAL, como um braço de extensão do governo militar de 1964 e expressão de enfrentamento das iniciativas de Educação Popular em curso, naquele contexto, pelos movimentos sociais e populares, contribuiu para reafirmar na identidade da EJA, sua interface e interconexão com a Educação Popular, como legado e concepção emancipatória de educação. (Informação Verbal)¹

Jannuzzi (1983, p. 65) argumenta que “o MOBRAL concebe a educação como investimento, como preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento inquestionável [...]”, fazendo referência ao MOBRAL por favorecer o “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”, o que, segundo ela não cultivava uma formação conscientizadora nos alunos, pois visava apenas a sua preparação para o trabalho.

Pelo seu caráter ostensivo de campanha de massa, o MOBRAL deve ser visto como um dos “programas de impacto” (ao lado, por exemplo, da Transamazônica) do governo Médici. Organizado a partir de uma logística militar de maneira a chegar a quase todos os municípios do país, ele deveria atestar às classes populares o interesse do governo pela educação do povo, devendo contribuir não apenas para o fortalecimento eleitoral do partido governista, mas também para neutralizar eventual apoio da população aos movimentos de contestação do regime, armados ou não. (PAIVA, 1981 p. 85-86)

Em 1972, a presidência do MOBRAL passa para as mãos do engenheiro Arlindo Lopes Correa, com a missão de reafirmar que o compromisso do Governo Militar estava além da política eleitoreira e ditatorial.

O engenheiro Arlindo Lopes Correa era a pessoa indicada para cumprir esta tarefa política. Tratava-se de provar de alguma maneira que o governo militar, ao criar o MOBRAL e lançar no programa enorme quantidade de recursos, não havia agido de maneira irresponsável ou improvisada. Que, ao contrário, o MOBRAL era produto de uma visão articulada do problema educacional e que seus objetivos não eram meramente político-ideológicos. (PAIVA, 1981, p. 106)

¹ SILVA. Verônica Pessoa da. (Pesquisadora do movimento em questão). **Mobral e Educação Popular**. João Pessoa, 07 mar. 2014.

Contudo, como não ressaltar a importância que o movimento trouxe para a alfabetização de adultos, mesmo sob olhares críticos, atingindo todo o território nacional, e sendo,

a primeira instituição brasileira a propiciar a seus participantes a possibilidade de usufruírem de uma oportunidade clara de educação continuada (na legislação e documentos do MOBREAL a terminologia era educação permanente, até hoje empregada nos países francófonos e de língua espanhola, ao lado da *lifelong* ou *continuing education* do inglês). (CORREA, 2014, Informação Verbal)².

Como também podemos observar na fala de Silva (2014):

Assim, a partir da experiência do MOBREAL reafirmamos a ampliação da EJA enquanto concepção e prática, deixando de ser vista, unicamente, como sinônimo da alfabetização, restrita à aquisição dos conhecimentos rudimentares da leitura e da escrita, sem a indicação sólida de perspectivas de continuidade dos estudos. Isso também nos permitiu construir um horizonte mais amplo quanto à oferta da EJA, principalmente no que se refere à alfabetização estruturada no formato de grandes campanhas. (Informação Verbal)³.

O PAF - Programa de Alfabetização Funcional - foi o principal programa desenvolvido pelo MOBREAL, mas nunca foi o objetivo de seus idealizadores que o programa se detivesse apenas à alfabetização, como comprovamos na fala de Costa (1986, p. 60),

É evidente que o processo educacional de um adulto não pode se esgotar na simples alfabetização. Nunca foi a intenção das pessoas que criaram o MOBREAL, como demonstra perfeitamente o texto da lei que o institui, que declara serem “atividades prioritárias do Ministério da Educação e Cultura a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos”. E que nunca se pretendeu esgotar, na alfabetização, um processo educativo que, com ela, apenas se inicia, e que por ela será grandemente facilitado.

Outro ponto marcante na existência do MOBREAL foi à mobilização comunitária que este conseguiu. As pessoas que trabalhavam e estudavam no programa pertenciam às comunidades locais, o que favorecia o convívio social das localidades, “[...] o MOBREAL como um programa que serve à ‘integração’ da população aos programas do governo, tratando de, a nível nacional, ‘unir população, governo e entidades’ numa ação conjunta visando a melhoria das condições de vida do povo” (PAIVA, 1982b, p. 65-66).

No PAF, e em todos os demais programas do MOBREAL, os alfabetizadores e monitores eram pessoas da própria comunidade; os métodos de ensino

² CORREA, Arlindo Lopes. (Ex-presidente do MOBREAL). **Educação Continuada – MOBREAL**. João Pessoa, 10 mar. 2014.

³ SILVA, Verônica Pessoa da. (Pesquisadora do movimento em questão). **EJA e MOBREAL**. João Pessoa, 07 mar. 2014.

adotados eram eminentemente ativos, exigindo a participação intensa de todos os alunos, como parte importantíssima do processo educacional; e o material de apoio didático servia apenas como um estímulo para que cada classe elaborasse, a partir dele, mas segundo sua própria cultura, os conteúdos específicos de seus trabalhos. (COSTA, 1986, p. 78)

No que diz respeito à avaliação dos alfabetizados do MOBRAL, Jannuzzi (1983, p. 52) mostra que o mesmo “coerentemente operacionaliza a avaliação do Programa, intitulada Decálogo do MOBRAL, no sentido de verificar as habilidades visadas”, como descreve Paiva (1982a, p. 59) a seguir:

Segundo uma publicação de 1973 (MEC – MOBRAL: Sua origem e evolução) o aluno alfabetizado deveria ser capaz, com relativo desembaraço, de: 1. ler e escrever o seu próprio nome, seu endereço e o de toda a sua família; 2. escrever pequenos bilhetes, passar telegramas e recibos, redigir um requerimento, se for orientado para isso; 3. resolver pequenos problemas sobre os acontecimentos do dia a dia; 4. somar e conferir notas de compras; 5. calcular os gêneros alimentícios que precisa comprar para a família; 6. fazer troco com o dinheiro em circulação; 7. fazer o cálculo de tempo necessário a viagens e deslocamento em condução; 8. expressar-se oralmente e por escrito comunicado de forma simples mas, compreensível suas idéias; 9. ler e interpretar pequenos trechos com notícias de jornais e cartas, além de consultar catálogos de telefones e ruas; 10. ler e executar ordens escritas.

Todavia, novamente o programa foi duramente perseguido, agora sob a alegação de dar, ao término do curso, certificados aos alunos que não conseguiram ser alfabetizados pelo PAF, no qual os mesmos voltariam mais tarde às mesmas salas de alfabetização. Como observou Paiva, nos “resultados de uma pesquisa realizada em setembro de 1975 pelo próprio MOBRAL na região nordeste” confirmavam que os alunos do MOBRAL não obtiveram bons resultados. Para tanto Costa (1986, p. 31), justifica:

Mesmo para os que não conseguiam se alfabetizar, por motivos os mais diversos, a frequência às classes de alfabetização era muito proveitosa, pois ali aprendiam noções úteis a seu cotidiano, principalmente pela troca de experiências entre os próprios alunos e entre eles e o alfabetizador, também um membro da comunidade.

Por isso, percebemos na fala de Paiva, (1981, p. 109) que “a alfabetização oferecida pelo MOBRAL seria ‘funcional porque induz (ao aluno) a descobrir sua função, seu papel no tempo e no espaço em que vive’, tornando-se agente e beneficiário do desenvolvimento”. Assim também, que o programa de alfabetização do MOBRAL, está ligado ao papel social e econômico que o indivíduo pode desenvolver no país.

E nas comunidades, nas quais não foi possível instalar postos culturais do MOBRAL, foram criadas as MOBRALTECAS, para levar cultura e conhecimento às cidades mais distantes, a fim de evitar a regressão dos alfabetizados, devido à falta de leitura e contato com

a língua escrita. “Para cobrir localidades onde o Posto Cultural não pode ser implantado de modo permanente, criam-se as Mobraltecas, que são postos culturais volantes, a maioria em caminhões e pelo menos um barco fluvial” (COSTA, 1986, p. 34).

Alfabetizados ou com a Educação Integrada, os mobralenses podiam frequentar nossos 3.150 postos culturais onde encontravam rádios e gravadores, livros, instrumentos musicais, material para artesanato, réplicas de quadros famosos, fitas gravadas com músicas etc. Aos domingos as rádios transmitiam o DOMINGO MOBREAL Muitos postos tinham aparelhos de TV, como aquela TV colorida que eu recebi de presente da ABRIL Cultural e doeí ao MOBREAL. (CORREA, 2014, Informação Verbal)⁴.

Com o passar dos anos, estava ficando mais difícil de alcançar as metas de matrículas para o programa de alfabetização, e o MOBREAL teve que render-se a uma reformulação, se ainda quisesse permanecer ativo.

Ofício nº. 112/80 de 31 de janeiro, enviado pelo presidente do MOBREAL ao Ministro da Educação: “O Sistema MOBREAL – presente em todos os municípios brasileiros e possuidor de apreciável poder mobilizador, além de detentor de significativa experiência na área de Educação Comunitária, tem condições de evoluir para tornar-se Órgão auxiliar da política do Governo, na execução de quaisquer programas que necessitem apoio comunitário. Nossa atuação seria no sentido de educar as comunidades, sem diretivismo e intervencionismo, para que participassem do esforço de auto-desenvolvimento, engajando-se – também – conscientemente, nos programas governamentais. (PAIVA, 1982b, p. 80)

O MOBREAL passava a atender uma camada bem maior da população brasileira, pois, muitos não aceitavam que o programa recebesse um alto valor em recursos para atender apenas a educação de adultos. Por esse motivo, o programa teve que se adequar e,

Utilizar a estrutura do MOBREAL para atender a “população carente” das periferias urbanas e das zonas rurais compreendendo a população infantil e adolescente não atendida pelo ensino regular de 1º e 2º graus, a população adulta não escolarizada e a população pré-escolar carente. (PAIVA, 1982b, p. 86).

No entanto, no que diz respeito às contribuições ao Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL, nada mais justo do que dar voz a quem participou de perto do programa:

O MOBREAL, que em 1980 atendeu a 8 milhões de participantes em seus programas, foi pioneiro em educação continuada; no uso de novas tecnologias de ensino; foi a primeira instituição a ter um programa próprio e um sistema logístico em todos os Municípios brasileiros; deu assistência técnica a 23 países estrangeiros; tinha material didático (de baixo custo) gratuito e de excelente qualidade para seus alunos; utilizou trabalhadores da terceira idade em programa de treinamento profissional para jovens;

⁴ CORREA, Arlindo Lopes. (Ex-presidente do MOBREAL). **Mobralenses**. João Pessoa, 10 mar. 2014.

mantinha 3150 postos culturais e 800 balcões de emprego; suas unidades móveis (MOBRALTECAS) percorreram o Brasil de ponta a ponta; jamais gastou um centavo em propaganda; recebeu todos os prêmios que a UNESCO atribuía aos projetos de ponta. Ainda tinha a tecnologia da escassez, o programa comunitário, o Esporte para Todos, o pré-escolar comunitário... (CORREA, 2014, Informação Verbal)⁵.

O prêmio citado por Correa, oferecido ao MOBRAL, está descrito nos documentos da UNESCO:

and, fourthly, to grant the first Iraq Literacy Prize : to the Programme of the Brazil Literacy Movement (MOBRAL) in the state de Rio Grande do Norte for (1) directing its activities to the most deprived segments of the population living in rural poverty or urban slums; (2) basing teaching upon both the realities and problems of daily life and the rich and varied cultural traditions of the participants; (3) the example of devoted service set by the 1.600 volunteer instructors and monitors who conduct the programme; and (4) the accomplishments of more than a decade of dedicated literacy work during which more than 300.000 learners have participated in MOBRAL's programmes within the state". (Nadezhda K. Krupskaya Prize, International Reading Association Literacy Award, Noma Prize and Iraq Literacy Prize 1982)

e, em quarto lugar, para conceder o primeiro Prêmio de Alfabetização Iraque: ao Programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no estado de Rio Grande do Norte por (1) direcionar suas atividades para os segmentos mais carentes da população vivendo na pobreza rural ou favelas urbanas, (2) basear o ensino para ambas as realidades e os problemas da vida cotidiana e as tradições culturais ricas e variadas dos participantes, (3) o exemplo de serviço demonstrado pelos 1.600 instrutores e monitores voluntários que executam o programa; e (4) as realizações de mais de uma década de trabalho dedicado a alfabetização durante o qual mais de 300.000 alunos já participaram de programas do MOBRAL no interior do estado.

Percebemos, nas palavras de Correa, a proporção que o MOBRAL tomou na história da educação brasileira. Um movimento que trouxe inovações para a Educação de Adultos, e, a partir dele, novos caminhos foram surgindo.

Silva, traduz bem às contribuições do MOBRAL para a Educação de Adultos no Brasil, durante a Ditadura Militar,

Além disso, destaco outros elementos importantes que, a partir do MOBRAL, foram sendo incorporados as discussões teórico-práticas da EJA, tais como:

- Reconhecimento e envolvimento da sociedade brasileira em torno da problemática do analfabetismo adulto;
- Expansão da oferta de EJA, no âmbito da alfabetização;
- Mobilização da demanda de EJA, despertando o interesse pelas possibilidades da educação de adultos;

⁵ CORREA, Arlindo Lopes. (Ex-presidente do MOBRAL). **Contribuições do MOBRAL**. João Pessoa, 10 mar. 2014.

- Favorecimento da reflexão sobre a importância da adoção de materiais específicos ao público jovem e adulto, considerando sua diversidade: étnico, geracional e de gênero;
- Reconhecimento da legitimidade do legado Freireano, sobretudo no que se refere às discussões teórico-metodológicas que estão na base do seu pensamento;
- Reafirmação da importância da formação e do acompanhamento do trabalho desenvolvido nas salas de alfabetização, para que a prática pedagógica tenha repercussões nos processos de ensino e aprendizagem dos educandos adultos. (SILVA, 2014, Informação Verbal)⁶.

O MOBRAL foi um movimento relevante para a história da educação no Brasil. Mesmo sob a regência do Governo Militar, conseguiu se sobressair e promover a alfabetização de adultos que, há muito tempo, estavam sendo marginalizados, devido suas condições educacionais.

⁶ SILVA, Verônica Pessoa da. (Pesquisadora do movimento em questão). **Contribuições do MOBRAL para a EJA**. João Pessoa, 07 mar. 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criado em 1967, em meio ao Golpe Militar (1964-1985), com a finalidade de erradicar o analfabetismo no Brasil, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL foi duramente criticado por “favorecer” a ideologia do regime e por não contemplar a formação de cidadãos críticos. Mas é importante ressaltar, que o MOBRAL buscava envolver as comunidades locais para propagar e solidificar suas culturas, como forma de garantir o sucesso do programa.

Durante toda a história do Brasil, o problema do analfabetismo foi apontado como um dos maiores desafios para o progresso de nosso país. Por isso, o MOBRAL buscou contribuir para o desenvolvimento intelectual da nossa nação, através de métodos e técnicas de alfabetização para jovens e adultos na década de 1970.

Temos que ressaltar as contribuições que o MOBRAL trouxe para a Educação de Adultos no Brasil, durante o Regime Militar. O Governo Militar disponibilizou recursos financeiros para o programa. O PAF, seu principal programa, chegou a todo o território nacional e mobilizou comunidades, recrutou voluntários, educadores e técnicos, a fim de reduzir a taxa de analfabetismo no país.

O MOBRAL possuía material didático próprio e gratuito, não só para seus alunos, bem como para os seus alfabetizadores. Material esse, que orientava as aulas de alfabetização, e por mais que fosse o mesmo material para todo o Brasil, nenhum dos professores daria a mesma aula em todos os estados do país, isto seria impossível. Tendo em vista que os alfabetizadores e técnicos eram membros da própria comunidade, e assim, estes poderiam direcionar as aulas para as necessidades de suas localidades.

O programa não parou apenas na campanha de alfabetização, foi o primeiro a disponibilizar uma educação continuada para os seus alfabetizados, observando que a educação de um homem não acaba na alfabetização, é nesse momento que ela começa.

Não obstante, para evitar que os alfabetizados do programa regredissem por falta de exercício da língua falada e escrita, o MOBRAL montou postos culturais fixos e móveis - as MOBRALTECAS, para as localidades mais distantes e de difícil acesso. O importante era levar o conhecimento até as pessoas.

Já no momento de crise, se rendeu a reformulação, uma vez que muitos políticos não admitiam que um programa com tantos recursos, se dedicasse apenas a Educação de Adultos; mas também, não queriam o seu fim, pois acarretaria a perda desses recursos.

O MOBRAL pode ter cometido equívocos no que diz respeito "aos números" por ele divulgados, que faziam menção a um número maior de alunos conveniados, matriculados e alfabetizados. Em contrapartida, também, temos que levar em consideração, que dados possam ter sido alterados pelos próprios técnicos e pelas prefeituras, a fim de alcançarem metas para o programa e, assim, não perderem suas verbas. Considerando também, os alunos que foram "tidos como alfabetizados" e depois regrediram, ou até mesmo não foram alfabetizados de fato, e voltaram para as salas de alfabetização.

Percebemos que grandes foram os esforços na criação MOBRAL, assim como para que as suas atividades fossem realizadas com perseverança e para que em meio a um contexto de crise sobrevivesse. Foram mobilizados dirigentes, alfabetizadores, técnicos, comunidade e até mesmo os alfabetizandos, tudo em prol do movimento.

Considerando o alvo do nosso estudo, após nos confrontarmos com as mais diversas fontes a respeito do MOBRAL, podemos observar que o programa reduziu, consideravelmente, as estatísticas de analfabetismo em nosso país. Porém, não alcançou a meta que estabeleceu no momento da sua criação. Vários fatores contribuíram para esse resultado, mas isso não tira o mérito do maior programa de alfabetização de adultos da história do Brasil. O MOBRAL levou educação ao povo brasileiro, numa época muito conturbada da nossa história. Pode não ter proporcionado uma reflexão crítica nos seus alfabetizados, mas os fizeram ler e escrever.

REFERÊNCIAS

- BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL**. História de Educação no Brasil. Período do Regime Militar. Pedagogia em foco, Vitória, 1993. Disponível em: <http://www.pedagoigaemfoco.pro.br/heb10a.htm>. Acesso em: 01 Jun. 2013.
- COLETI, Laura Maria Baron. **Do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) aos programas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) atuais: evolução ou manutenção das práticas pedagógicas?** UNESP – Marília. 2009. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_3895.pdf. Acesso em: 05 fev. 2014.
- CORREA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. AGGS: Mobral. Rio de Janeiro – RJ, 1979.
- COSTA, Roberto Mario Cunha da. **Mobral: nascimento, vida, paixão e morte**. Shogun Editora e Arte. Rio de Janeiro – RJ, 1986.
- CUNHA, Adailton. **A Educação de Jovens e Adultos e o Movimento Brasileiro de Alfabetização** – A educação de jovens e adultos no Brasil com prática social através de instituições formais ou não, s.d. Disponível em: <http://monografias.brasile scola.com/historia/a-educacao-jovens-adultos-movimento-brasileiro-alfabetizacao.htm>. Acesso em: 01 Jun. 2013.
- FONSECA, Bianca Trindade. **Reflexões acerca da Educação durante a Ditadura Militar Brasileira: o desenvolvimento da história da educação durante o período da Ditadura Militar (1964-1985)**. Disponível em: <http://monografias.brasile scola.com/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- GOMES, Luciana Kellen de Souza. **Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza**. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e o Mobral**. 2ª Edição. Cortez Autores Associados. São Paulo – SP, 1983.
- OLIVEIRA, L. B.; SOUZA, S. T.. **A alfabetização no MOBRAL, métodos e materiais didáticos** (Uberlândia/MG, 1970-1985). Revista Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa, Brasil, São Paulo, volume 1, nº. 13, pp. 11 – 37, Set. 2012. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net>. Acesso em: 15 Jun. 2013.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5ª Edição. Edições Loyola. São Paulo – SP, 1987.
- _____. **Estratégia de sobrevivência do MOBRAL**. Síntese nova fase, nº. 25, v. 10, Mai./Ago. 1982b.
- _____. **MOBRAL: A falácia dos números**. Síntese nova fase, nº. 24, v. 9, Jan./Mar 1982a.

_____. **MOBRAL: Um Desacerto Autoritário – O MOBRAL e a legitimação da ordem.** Síntese nova fase, nº. 23, v. 8, set./dez., 1981.

PEREIRA, Regina Coeli Ávila Alves. **A construção e validação de um teste com referência a critério para medir as competências básicas de leitura e escrita para o programa de alfabetização funcional do MOBRAL.** 1981. 77 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1981.

PRADO, Giovani Barbosa. **MOBRAL: o Movimento Brasileiro de Alfabetização na cidade de Mariana.** UFOP, 2010. Disponível em: <http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/56.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

ROSA, Juliano de Melo. **As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi.** Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM. Santa Maria: UFSM, 2006.

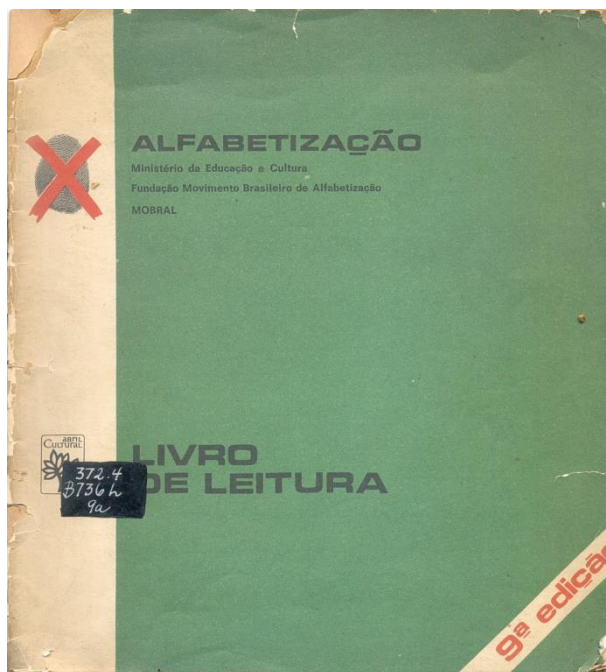
SANTOS, Damiana Daniel dos. **A história do Mobral na Paraíba.** Monografia (Graduação em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1989.

SILVA, Andréia Maciel da. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.** Publicado em: 17 de Julho de 2009. Disponível em: www.artigonal.com. Acesso em: 05 fev. 2014.

SILVA, Verônica Pessoa da. **Histórias da educação de jovens e adultos no Brasil: do MOBRAL nacional ao MOBRAL na Paraíba.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

ANEXOS

ANEXO A - Capa do Livro de Leitura do MOBRAL



Fonte: acervohistoricodolivriescolar.blogspot.com.br

ANEXO B - Capa do Livro de Exercícios do MOBRAL



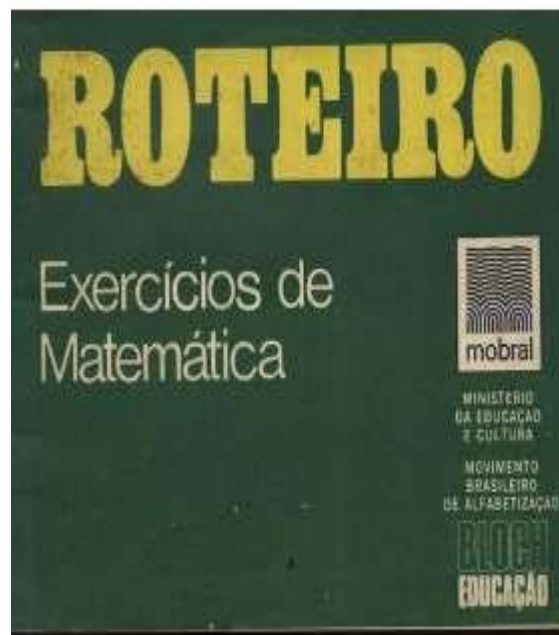
Fonte: acarusbr.blogspot.com.br

ANEXO C - Capa do Livro Manual do Professor do MOBRAL



Fonte: [http: www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br)

ANEXO D - Capa do Livro de Exercícios Matemática do MOBRAL



Fonte: www.mauxhomepage.net

ANEXO E – Índices de analfabetismo da população de 15 a 69 anos, segundo grupos de idade
– 1940 - 1976

8 — Índices de analfabetismo da população de 15 a 69 anos,
segundo grupos de idade — 1940-1976

GRUPOS DE IDADE	ÍNDICES DE ANALFABETISMO				
	1940	1950	1960	1970	1976(1)
TOTAL	54,5	50,3	39,5	33,6	22,8
15 a 19 anos	57,3	47,2	34,0	24,3	13,7
20 a 24 anos	53,6	45,7	33,4	26,5	14,4
25 a 29 anos		47,7	35,1	29,9	18,8
30 a 34 anos	54,4	49,6	35,6	31,4	21,0
35 a 39 anos			41,9	34,7	25,2
40 a 44 anos	58,1	53,5	46,8	37,2	28,1
45 a 49 anos				40,5	31,7
50 a 59 anos.....	59,9	57,3	51,9	45,2	37,0
60 a 69 anos	63,5	60,5	57,1	50,5	45,8

FONTE — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1979. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 1979.

(1) Excluídos os dados da zona rural da Região VII — Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso e Goiás.

ANEXO F – Alunos conveniados e alunos alfabetizados, segundo as grandes regiões e Unidades da Federação – 1970 - 74

SITUAÇÃO CULTURAL

5. 1. 3 — MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

5. 1. 3. 1. — Programa de alfabetização funcional — 1970-74

5. 1. 3. 1. 1. — ALUNOS CONVENIADOS E ALUNOS ALFABETIZADOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS CONVENIADOS					ALUNOS ALFABETIZADOS				
	1970	1971	1972	1973	1974	1970	1971	1972	1973	1974
NORTE.....	21 386	56 704	155 655	207 635	175 724	5 131	19 415	61 993	83 386	84 992
Rondônia	—	2 500	5 650	6 000	9 200	—	736	1 431	2 046	3 405
Acre	1 417	—	13 500	25 750	19 116	467	—	7 805	13 210	14 948
Amazonas	15 255	24 152	76 133	76 848	71 230	3 106	6 620	28 342	24 668	30 063
Roraima	—	1 500	1 313	3 305	1 700	—	600	340	979	652
Pará	1 714	27 599	56 579	89 322	64 478	568	11 155	23 208	40 284	33 234
Amapá	3 000	953	2 480	6 410	10 000	990	304	867	2 199	2 690
NORDESTE	121 489	1 347 387	2 355 559	2 754 152	2 615 293	41 474	580 740	1 160 018	995 988	1 114 611
Maranhão	31 190	162 794	273 492	288 977	285 573	10 331	75 961	146 880	150 846	176 343
Piauí	12 997	198 999	136 201	139 335	141 513	5 090	91 106	64 242	43 612	56 833
Ceará	14 727	119 505	233 765	365 701	292 627	4 556	52 106	114 779	137 869	95 070
Rio Grande do Norte	5 062	83 900	152 391	143 667	108 264	1 288	30 390	56 067	38 934	35 625
Paraíba	9 256	272 045	440 551	311 840	236 767	3 530	142 375	257 393	124 424	131 195
Pernambuco	16 288	192 410	491 765	602 594	631 091	5 083	73 405	234 904	175 355	275 155
Alagoas	11 333	155 887	219 791	213 231	270 421	3 734	54 432	95 851	65 888	100 306
Sergipe	5 824	37 099	34 224	88 642	81 727	1 941	10 266	16 600	32 798	35 786
Bahia	14 812	124 748	373 379	600 165	567 310	5 921	50 699	173 302	226 262	208 298
SUDESTE	245 203	688 732	1 161 774	1 302 011	1 341 974	66 840	275 128	519 609	442 152	404 903
Minas Gerais	65 933	347 057	624 997	659 237	584 464	19 618	141 530	269 893	221 596	159 486
Espírito Santo	5 128	27 247	88 615	107 054	84 220	1 688	7 649	37 896	32 179	31 755
Rio de Janeiro	44 471	72 036	166 571	230 033	296 762	14 671	24 817	74 033	76 831	102 393
Guanabara	—	—	50 750	69 470	76 780	—	—	14 752	19 174	19 794
São Paulo	129 671	242 392	230 841	236 217	299 748	30 863	101 132	123 035	92 372	91 475
SUL	77 149	420 257	402 701	419 771	384 766	36 157	181 803	236 350	170 015	213 739
Paraná	27 413	185 594	191 433	241 535	179 568	12 031	83 350	114 376	97 339	92 534
Santa Catarina.....	13 505	102 886	94 732	66 584	92 624	5 802	54 061	65 116	34 491	66 025
Rio Grande do Sul	36 231	131 777	116 536	111 652	112 574	18 324	44 392	56 858	38 185	55 180
CENTRO-OESTE	42 340	76 981	159 182	247 531	220 374	22 487	24 234	64 713	92 856	105 677
Mato Grosso	17 350	27 777	59 674	99 292	95 216	7 205	10 148	24 142	41 504	50 840
Goiás.....	8 490	26 534	81 758	126 542	108 858	3 702	10 275	34 145	42 500	45 987
Distrito Federal	16 500	22 670	17 750	21 697	16 300	11 580	3 811	6 426	8 852	8 850
BRASIL.....	507 567	2 590 061	4 234 871	4 931 100	4 738 131	172 089	1 081 320	2 042 683	1 784 397	1 923 922

FONTE — Movimento Brasileiro de Alfabetização. Tabela extraída de anuário estatístico do Brasil 1975. Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, 1975.

ANEXO G – Alunos conveniados e alunos alfabetizados, segundo as grandes regiões e Unidades da Federação – 1971 - 75

SITUAÇÃO CULTURAL

5.1.3 — MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

5.1.3.1 — Programa de alfabetização funcional — 1971-75

5.1.3.1.1 — ALUNOS CONVENIADOS E ALUNOS ALFABETIZADOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS CONVENIADOS					ALUNOS ALFABETIZADOS				
	1971	1972	1973	1974	1975	1971	1972	1973	1974	1975
NORTE.....	56 704	155 655	207 635	175 724	170 234	19 415	61 993	83 386	84 992	69 031
Rondônia.....	2 500	5 650	6 000	9 200	10 950	736	1 431	2 046	3 405	4 851
Acre.....	—	13 500	25 750	19 116	24 310	—	7 805	13 210	14 948	9 152
Amazonas.....	24 152	76 133	76 848	71 230	58 487	6 620	28 342	24 668	30 063	19 015
Roraima.....	1 500	1 313	3 305	1 700	3 110	600	340	979	652	325
Pará.....	27 599	56 579	89 322	64 478	63 802	11 155	23 208	40 284	33 234	33 525
Amapá.....	953	2 480	6 410	10 000	9 575	304	867	2 199	2 690	2 163
NORDESTE.....	1 347 387	2 355 559	2 754 152	2 615 293	2 438 866	580 740	1 160 018	995 988	1 114 611	930 910
Maranhão.....	162 794	273 492	288 977	285 573	270 585	75 961	146 880	150 846	176 343	162 978
Piauí.....	198 999	136 201	139 335	141 513	147 036	91 106	64 242	43 612	56 833	50 202
Ceará.....	119 505	233 765	365 701	292 627	351 150	52 106	114 779	137 869	95 070	104 672
Rio Grande do Norte.....	83 900	152 391	143 667	108 264	147 390	30 390	56 067	38 934	35 625	46 785
Paraíba.....	272 045	440 551	311 840	236 767	136 935	142 375	257 393	124 424	131 195	58 289
Pernambuco.....	192 410	491 765	602 594	631 091	550 325	73 405	234 904	175 355	275 155	218 386
Alagoas.....	155 887	219 791	213 231	270 421	205 969	54 432	95 851	65 888	100 306	75 377
Sergipe.....	37 099	34 224	88 642	81 727	74 577	10 266	16 600	32 798	35 786	23 747
Bahia.....	124 748	373 379	600 165	567 310	554 899	50 699	173 302	226 262	208 298	190 474
SUDESTE.....	688 732	1 161 774	1 302 011	1 341 974	1 261 398	275 128	519 609	442 152	404 903	418 845
Minas Gerais.....	347 057	624 997	659 237	584 464	615 984	141 530	269 893	221 596	159 486	176 268
Espírito Santo.....	27 247	88 615	107 054	84 220	62 179	7 649	37 896	32 179	31 755	23 206
Rio de Janeiro.....	72 036	217 321	299 503	373 542	381 565	24 817	88 785	96 005	122 187	135 728
São Paulo.....	242 392	230 841	236 217	299 748	201 670	101 132	123 035	92 372	91 475	83 643
SUL.....	420 257	402 701	419 771	384 766	301 495	181 803	236 350	170 015	213 739	147 044
Paraná.....	185 594	191 433	241 535	179 568	177 750	83 350	114 376	97 339	92 534	89 906
Santa Catarina.....	102 886	94 732	66 584	92 624	28 564	54 061	65 116	34 491	66 025	17 200
Rio Grande do Sul.....	131 777	116 536	111 652	112 574	95 181	44 392	56 858	38 185	55 180	39 938
CENTRO-OESTE.....	76 981	159 182	247 531	220 374	201 866	24 234	64 713	92 856	105 677	90 672
Mato Grosso.....	27 777	59 674	99 292	95 216	87 212	10 148	24 142	41 504	50 840	45 295
Goiás.....	26 534	81 758	126 542	108 858	107 854	10 275	34 145	42 500	45 987	42 473
Distrito Federal.....	22 670	17 750	21 697	16 300	6 800	3 811	6 426	8 852	8 850	2 904
BRASIL.....	2 590 061	4 234 871	4 931 100	4 738 131	4 373 859	1 081 320	2 042 683	1 784 397	1 923 922	1 656 502

FONTE — Movimento Brasileiro de Alfabetização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1976. Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, 1976.

ANEXO H – Alunos conveniados e alunos alfabetizados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1975 - 79

38 — Alunos conveniados e alunos alfabetizados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1975-79

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS CONVENIADOS					ALUNOS ALFABETIZADOS				
	1 975	1 976	1 977	1 978	1 979	1 975	1 976	1 977	1 978	1 979
BRASIL.....	4 373 859	3 899 807	3 893 795	3 932 726	3 348 677	1 656 502	1 404 204	1 203 268	1 262 405	1 129 489
NORTE.....	170 234	166 342	133 837	124 908	111 554	69 031	61 380	47 923	46 431	40 637
Rondônia.....	10 950	8 220	4 330	6 453	10 729	4 851	2 689	1 285	1 273	2 145
Acre.....	24 310	17 095	15 288	12 215	17 213	9 152	7 714	4 995	3 219	6 919
Amazonas.....	58 487	53 811	42 071	31 450	17 362	19 015	18 851	15 638	10 480	6 371
Roraima.....	3 110	2 880	1 728	1 976	1 610	325	505	416	368	323
Pará.....	63 802	72 506	60 423	63 991	56 229	33 525	28 801	23 412	29 413	23 054
Amapá.....	9 575	11 830	9 997	8 823	8 411	2 163	2 820	2 177	1 678	1 825
NORDESTE.....	2 438 866	2 177 353	2 364 408	2 443 442	2 130 078	930 910	811 548	719 649	754 226	691 363
Maranhão.....	270 585	262 101	272 928	274 983	203 436	162 978	158 441	128 674	123 343	91 546
Piauí.....	147 036	152 776	150 164	138 618	126 275	50 202	52 443	44 797	39 856	34 094
Ceará.....	351 150	279 066	315 427	496 034	367 679	104 672	92 665	85 218	161 444	110 303
Rio Grande do Norte.....	147 390	132 598	123 661	114 387	96 038	46 785	43 489	34 059	31 565	28 811
Paraíba.....	136 935	97 114	104 927	100 408	141 264	58 289	43 919	43 844	39 723	54 810
Pernambuco.....	550 325	305 216	306 942	303 110	314 938	218 386	125 906	103 161	89 491	103 929
Alagoas.....	205 969	229 586	166 948	124 344	101 215	75 377	82 548	58 955	39 019	33 704
Sergipe.....	74 577	109 055	115 492	112 726	100 641	23 747	34 879	26 753	29 264	25 160
Bahia.....	554 899	609 841	807 919	778 832	678 592	190 474	177 258	194 188	200 521	209 006
SUDESTE.....	1 261 398	1 080 398	915 760	818 899	642 333	418 845	323 848	242 429	234 439	188 102
Minas Gerais.....	615 984	548 267	536 028	495 079	344 612	176 268	147 001	136 759	137 962	97 180
Espírito Santo.....	62 179	49 876	49 818	44 420	48 956	23 206	18 187	11 879	8 637	11 700
Rio de Janeiro.....	381 565	241 190	184 411	156 908	118 134	135 728	76 158	47 902	44 720	29 060
São Paulo.....	201 670	241 065	145 503	122 492	130 631	83 643	82 502	45 889	43 120	50 162
SUL.....	301 495	287 482	269 959	329 124	290 997	147 044	129 019	119 714	156 593	143 998
Paraná.....	177 750	209 173	200 241	245 275	221 377	89 906	96 941	90 391	122 030	111 131
Santa Catarina.....	28 564	14 727	14 220	10 685	11 491	17 200	8 504	8 422	8 243	7 814
Rio Grande do Sul.....	95 181	63 582	55 498	73 164	58 129	39 938	23 574	20 901	26 320	25 053
CENTRO-OESTE.....	201 866	188 232	209 831	216 353	173 715	90 672	78 409	73 553	70 716	65 389
Mato Grosso do Sul.....	—	—	—	—	34 515	—	—	—	—	10 837
Mato Grosso.....	87 212	74 439	54 946	53 304	17 593	45 295	26 387	19 363	17 435	5 524
Goiás.....	107 854	107 623	143 999	152 394	101 129	42 473	50 534	49 327	48 323	40 653
Distrito Federal.....	6 800	6 170	10 886	10 655	20 478	2 904	1 488	4 863	4 958	8 375

FONTE — Ministério da Educação e Cultura, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1980. Rio de Janeiro: IBGE, v. 41, 1981.

ANEXO I – Alunos conveniados e alunos alfabetizados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, segundo as Grandes Regiões e Unidades de Federação – 1976 - 80

38 — Alunos conveniados e alunos alfabetizados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização,

segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1976-80

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS CONVENIADOS					ALUNOS ALFABETIZADOS				
	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980
BRASIL	3 899 807	3 893 795	3 932 726	3 348 677	2 460 278	1 404 204	1 203 268	1 262 405	1 129 489	794 216
NORTE	166 342	133 837	124 908	111 554	85 675	61 380	47 923	46 431	40 637	29 197
Rorônia	8 220	4 330	6 453	10 729	8 731	2 689	1 285	1 273	2 145	3 374
Acre	17 095	15 288	12 215	17 213	10 343	7 714	4 995	3 219	6 919	3 981
Amazonas	53 811	42 071	31 450	17 362	18 214	18 851	15 638	10 480	6 371	6 046
Roraima	2 880	1 728	1 976	1 610	1 578	505	416	368	323	347
Pará	72 506	60 423	63 991	56 229	41 593	28 801	23 412	29 413	23 054	14 524
Amapá	11 830	9 997	8 823	8 411	5 216	2 820	2 177	1 678	1 825	925
NORDESTE	2 177 353	2 364 408	2 443 442	2 130 078	1 494 259	811 548	719 649	754 226	691 363	448 601
Maranhão	262 101	272 928	274 983	203 436	152 950	158 441	128 674	123 343	91 546	50 866
Piauí	152 776	150 164	138 618	126 275	74 827	52 443	44 797	39 856	34 094	21 799
Ceará	279 066	315 427	496 034	367 679	182 069	92 665	85 218	161 444	110 303	58 969
Rio Grande do Norte	132 598	123 661	114 387	96 038	80 455	43 489	34 059	31 565	28 811	21 221
Paraíba	97 114	104 927	100 408	141 264	107 513	43 919	43 844	39 723	54 810	41 036
Pernambuco	305 216	306 942	303 110	314 938	219 792	125 906	103 161	89 491	103 929	64 283
Alagoas	229 586	166 948	124 344	101 215	97 838	82 548	58 955	39 019	33 704	31 813
Sergipe	109 055	115 492	112 726	100 641	82 857	34 879	26 753	29 264	25 160	18 254
Bahia	609 841	807 919	778 832	678 592	495 958	177 258	194 188	200 521	209 006	140 360
SUDESTE	1 080 398	915 760	818 899	642 333	589 830	323 848	242 429	234 439	188 102	192 787
Minas Gerais	548 267	536 028	495 079	344 612	283 358	147 001	136 759	137 962	97 180	110 041
Espírito Santo	49 876	49 818	44 420	48 956	38 106	18 187	11 879	8 637	11 700	8 510
Rio de Janeiro	241 190	184 411	156 908	118 134	113 947	76 158	47 902	44 720	29 060	28 678
São Paulo	241 065	145 503	122 492	130 631	154 419	82 502	45 889	43 120	50 162	45 558
SUL	287 482	269 959	329 124	290 997	174 625	129 019	119 714	156 593	143 998	81 937
Paraná	209 173	200 241	245 275	221 377	104 236	96 941	90 391	122 030	111 131	49 318
Santa Catarina	14 727	14 220	10 685	11 491	25 459	8 504	8 422	8 243	7 814	15 232
Rio Grande do Sul	63 582	55 498	73 164	58 129	44 930	23 574	20 901	26 320	25 053	17 387
CENTRO-OESTE	188 232	209 831	216 353	173 715	115 889	78 409	73 553	70 716	65 389	41 694
Mato Grosso do Sul	—	—	—	34 515	20 337	—	—	—	10 837	6 945
Mato Grosso	74 439	54 946	53 304	17 593	12 939	26 387	19 363	17 435	5 524	5 474
Goiás	107 623	143 999	152 394	101 129	66 742	50 534	49 327	48 323	40 653	23 601
Distrito Federal	6 170	10 886	10 655	20 478	15 871	1 488	4 863	4 958	8 375	5 674

FONTE — Ministério da Educação e Cultura, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1981. Rio de Janeiro: IBGE, v. 42, 1982.

ANEXO J – Alunos conveniados e alunos alfabetizados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1977 - 81

33 — Alunos conveniados e alunos alfabetizados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1977-81

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS CONVENIADOS					ALUNOS ALFABETIZADOS				
	1977	1978	1979	1980	1981	1977	1978	1979	1980	1981
BRASIL.....	3 893 795	3 932 726	3 348 677	2 460 278	1 551 123	1 203 268	1 262 405	1 129 489	794 216	477 746
NORTE.....	133 837	124 908	111 554	85 675	51 040	47 923	46 431	40 637	29 197	15 749
Rondônia	4 330	6 453	10 729	8 731	6 106	1 285	1 273	2 145	3 374	1 910
Acre	15 288	12 215	17 213	10 343	7 334	4 995	3 219	6 919	3 981	2 259
Amazonas	42 071	31 450	17 362	18 214	13 682	15 638	10 480	6 371	6 046	4 214
Roraima	1 728	1 976	1 610	1 578	331	416	368	323	347	102
Pará.....	60 423	63 991	56 229	41 593	20 693	23 412	29 413	23 054	14 524	6 373
Amapá	9 997	8 823	8 411	5 216	2 894	2 177	1 678	1 825	925	891
NORDESTE.....	2 364 408	2 443 442	2 130 078	1 494 259	1 033 055	719 649	754 226	691 363	448 601	318 152
Maranhão	272 928	274 983	203 436	152 950	85 031	128 674	123 343	91 546	50 866	26 190
Piauí	150 164	138 618	126 275	74 827	40 263	44 797	39 856	34 094	21 799	12 401
Ceará	315 427	496 034	367 679	182 069	93 980	85 218	161 444	110 303	58 969	28 945
Rio Grande do Norte.....	123 661	114 387	96 038	80 455	77 263	34 059	31 565	28 811	21 221	23 797
Paraíba	104 927	100 408	141 264	107 513	76 826	43 844	39 723	54 810	41 036	23 662
Pernambuco	306 942	303 110	314 938	219 792	203 242	103 161	89 491	103 929	64 283	62 599
Alagoas	166 948	124 344	101 215	97 838	83 592	58 955	39 019	33 704	31 813	25 746
Sergipe	115 492	112 726	100 641	82 857	51 340	26 753	29 264	25 160	18 254	15 813
Bahia	807 919	778 832	678 592	495 958	321 518	194 188	200 521	209 006	140 360	98 999
SUDESTE.....	915 760	818 899	642 333	589 830	314 626	242 429	234 439	188 102	192 787	96 905
Minas Gerais	536 028	495 079	344 612	283 358	91 662	136 759	137 962	97 180	110 041	28 232
Espírito Santo	49 818	44 420	48 956	38 106	18 462	11 879	8 637	11 700	8 510	5 686
Rio de Janeiro	184 411	156 908	118 134	113 947	104 397	47 902	44 720	29 060	28 678	32 154
São Paulo	145 503	122 492	130 631	154 419	100 105	45 889	43 120	50 162	45 558	30 833
SUL.....	269 959	329 124	290 997	174 625	90 301	119 714	156 593	143 998	81 937	27 813
Paraná	200 241	245 275	221 377	104 236	62 596	90 391	122 030	111 131	49 318	19 280
Santa Catarina	14 220	10 685	11 491	25 459	3 357	8 422	8 243	7 814	15 232	1 034
Rio Grande do Sul	55 498	73 164	58 129	44 930	24 348	20 901	26 320	25 053	17 387	7 499
CENTRO-OESTE.....	209 831	216 353	173 715	115 889	62 101	73 553	70 716	65 389	41 694	19 127
Mato Grosso do Sul	—	—	34 515	20 337	13 740	—	—	10 837	6 945	4 232
Mato Grosso	54 946	53 304	17 593	12 939	8 788	19 363	17 435	5 524	5 474	2 706
Goiás	143 999	152 394	101 129	66 742	31 122	49 327	48 323	40 653	23 601	9 586
Distrito Federal	10 886	10 655	20 478	15 871	8 451	4 863	4 958	8 375	5 674	2 603

FONTE — Ministério da Educação e Cultura. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1982. Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, 1983